



## CONVITE 7/2025

### AJUSTE DIRETO (alínea b) do nº1 do artigo 27º do CCP)

#### AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA JURÍDICA GENÉRICA CORRENTE À ATIVIDADE DIÁRIA DA PORTO VIVO, SRU

#### Índice

1. Entidade Adjudicante .....	1
2. Órgão que tomou a decisão de contratar .....	1
3. Órgão competente para prestar os esclarecimentos .....	1
4. Júri .....	1
Não aplicável .....	1
5. Preço base .....	1
6. Prazo para apresentação da proposta .....	1
7. Modo de apresentação da proposta .....	1
8. Documentos da proposta .....	1
9. Caução .....	2
10. Documentos de habilitação .....	2
11. Critério de Adjudicação .....	3
12. Encargos do concorrente .....	3
13. Faturação eletrónica .....	2
14. Legislação aplicável .....	3

Em tudo quanto for omissa no presente convite, observar-se-á o disposto no CCP (aprovado pelo DL n.º 18/2008 de 29 de Janeiro na sua atual redação e restante legislação aplicável. ....3

#### Anexos:

#### Anexo I – Modelo de Declaração

### **1. Entidade Adjudicante**

Porto Vivo, SRU – Sociedade de Reabilitação Urbana do Porto, E.M, S.A.

Avenida Fernão de Magalhães, 1862, 9.º andar 4350 158 Porto

Tlf: 222072700

Fax:222072709

### **2. Órgão que tomou a decisão de contratar**

Conselho de Administração por deliberação de 10 de fevereiro de 2025.

### **3. Órgão competente para prestar os esclarecimentos**

UO Contratação: [www.acingov.pt](http://www.acingov.pt)

### **4. Júri**

Não aplicável

### **5. Preço base**

O preço base é de €19.800,00 (dezanove mil e oitocentos euros), acima do qual a Porto Vivo, SRU não está disposta a adjudicar a presente aquisição de serviços. O preço base foi obtido tendo em conta os preços resultantes de procedimentos anteriores para prestações do mesmo tipo.

### **6.Prazo para apresentação da proposta**

A proposta será enviada até às 23:59 horas do dia 18 de fevereiro de 2025 para a plataforma eletrónica [www.acingov.pt](http://www.acingov.pt)

### **7.Modos de apresentação da proposta**

A proposta e os documentos que a constituem devem ser apresentados em suporte informático (PDF) e serão enviados para a plataforma eletrónica: [www.acingov.pt](http://www.acingov.pt)

### **8.Documentos da proposta**

1. A proposta é constituída pelos seguintes documentos, cuja apresentação é obrigatória:

- a) Declaração do concorrente de aceitação do conteúdo do Caderno de Encargos, elaborada de acordo com o modelo previsto na alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º do CCP cuja minuta do anexo I ao presente convite, devidamente assinada pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar;
  - b) Declaração do Adjudicatário, sob compromisso de honra, que complementa a cláusula 8.ª do Caderno de Encargos, de acordo com a minuta do anexo II ao presente convite, devidamente assinada pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar.
  - c) Descrição dos Serviços a realizar;
  - d) Proposta de preço em algarismos, sem incluir o IVA (n.º 1 do artigo 60º do Código dos Contratos Públicos – CCP);
  - e) Integram também a proposta quaisquer outros documentos que o concorrente apresente por os considerar indispensáveis para os efeitos do disposto no n.º 3 do artigo 57º do Código dos Contratos Públicos.
2. Salvo os previstos na alínea e) do número anterior, os documentos que integram a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua Portuguesa.

## **9. Caução**

Não é exigível a prestação de caução.

## **10. Documentos de habilitação e Registo Central de Beneficiário Efetivo**

1. Nos termos da alínea j) do n.º 1 do artigo 115º do CCP, o prazo para apresentação dos documentos de habilitação - Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos é de 5 dias úteis, a contar da data da notificação da decisão de adjudicação, sob pena de caducidade da mesma.
2. Aplicam-se, em tudo o que não estiver previsto no presente convite para a apresentação dos documentos de habilitação, as regras previstas na Portaria n.º 327/2017, de 14/12.
3. Juntamente com os documentos de habilitação e dentro do mesmo prazo, o adjudicatário deverá apresentar documento comprovativo de registo no RCBE, ou o respetivo código de acesso.
4. Tendo em atenção o disposto no n.º 1, b) do artigo 37.º da Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto, o incumprimento das obrigações declarativas previstas no Regime Jurídico do Registo Central do Beneficiário Efetivo, aprovado pela Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto, proíbe a celebração do contrato

decorrente do presente procedimento, constituindo causa de caducidade da adjudicação por força do disposto no artigo 87.º-A do CCP.

5. Ao adjudicatário será concedido um prazo de 2 dias para se pronunciar em sede de audiência prévia, relativamente a facto que determine a caducidade da adjudicação nos termos do artigo 87.º-A do CCP.

#### **11. Critério de Adjudicação**

Não aplicável.

#### **12. Encargos do concorrente**

São encargos do concorrente, as despesas inerentes à elaboração da proposta. São ainda da conta do concorrente as despesas e encargos inerentes à celebração do contrato.

#### **13. Faturação eletrónica**

A partir da data em que for legalmente exigível, o adjudicatário é obrigado a emitir faturas eletrónicas que contenham imperativamente os elementos exigidos pelo artigo 299º B do CCP.

#### **14. Legislação aplicável**

Em tudo quanto for omissa no presente convite, observar-se-á o disposto no CCP (aprovado pelo DL n.º 18/2008 de 29 de janeiro na redação atual).

## ANEXO I

### Modelo de declaração

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º ou a subalínea i) da alínea b) e alínea c) do n.º 3 do artigo 256.º-A, conforme aplicável]

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa) e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo-quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 - Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):

a)...

b)...

3 - Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 - Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 - Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.

7 - O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (4)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.os 2 e 3 do artigo 57.º

(4) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º

## Anexo II

### Declaração do adjudicatário

1 – (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada cumpre a legislação aplicável à proteção de dados pessoais e de privacidade, incluindo o Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27 de abril de 2016 – Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (“RGPD”), e que em particular:

- a) Assegura que as pessoas autorizadas a tratar os dados pessoais assumiram um compromisso de confidencialidade ou estão sujeitas a adequadas obrigações legais de confidencialidade de acordo com o artigo 28.º do RGPD;
- b) Assegura que o serviço a contratar adota e cumpre integralmente as exigências e medidas de segurança previstas no artigo 32.º do RGPD;
- c) Apresenta capacidade de prestar a assistência necessária à Porto Vivo, SRU – Sociedade de Reabilitação Urbana do Porto, E.M., S.A. (doravante “Porto Vivo”), no sentido de permitir que esta cumpra a obrigação de dar resposta aos pedidos dos titulares dos dados tendo em vista o exercício dos Direitos previstos pelo RGPD, nomeadamente o direito de acesso do titular aos seus dados pessoais, direito de retificação e direito ao apagamento;
- d) Garante a implementação de mecanismos de notificação efetivos em caso de violação de dados pessoais;
- e) Assegura capacidade para apagar ou devolver todos os dados pessoais à Porto Vivo, consoante a sua escolha, depois de concluída a prestação de serviços relacionado com o tratamento;
- f) Disponibiliza as informações necessárias para demonstrar o cumprimento com o RGPD, nos termos do artigo 28.º do RGPD, e que se demonstre disponível, caso seja necessário, para

contribuir e colaborar com as auditorias ou inspeções conduzidas pela Porto Vivo ou por outra entidade por esta mandatada.

2 – Os declarantes têm pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos (“CCP”), a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

Data (dia; mês; ano)

O Declarante

---